

GÊNERO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DAS MORADORAS DE SERRA DO NAVIO E VILA AMAZONAS (1960 A 1985)

Romulo Moraes de Sousa¹

Sidney Lobato²

Resumo: Esse artigo discorre sobre experiências femininas ocorridas entre os anos de 1960 e 1985 nas company towns amapaenses Vila Amazonas e Serra do Navio, criadas pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi). Objetivamos compreender estas experiências, situando-as nos espaços públicos e privados e tendo em conta os discursos normativos que permearam o cotidiano das trabalhadoras. As sociabilidades das mulheres e os discursos hegemônicos foram enfocados por meio de artigos da revista Icomi-Notícias e de entrevistas com antigos moradores e moradoras dos núcleos urbanos citados.

Palavras chave: Experiências; Gênero; Icomi.

Abstract: This article discusses female experiences that occurred between 1960 and 1985 in the Amapá's company towns Vila Amazonas and Serra do Navio, created by the company *Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi)*. We aim to understand these experiences, placing them in public and private spaces and considering normative discourses that permeated the daily lives of workers. Women's sociability and hegemonic discourses were focused on through articles from *Icomi-Notícias* magazine and interviews with former residents of the urban centers mentioned.

Keywords: Experiences; Gender; Icomi.

Palavras iniciais

Em meado da década de 1940 foi descoberta, no recém-criado Território Federal do Amapá (1943), uma grande jazida de manganês localizada no atual município de Serra do Navio, distante 208 quilômetros de Macapá (capital). A exploração da citada jazida foi realizada pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S. A. (Icomi), ao longo de várias décadas. Para fixar seus funcionários nas áreas de extração (mina) e escoamento (porto), a Icomi construiu duas mo-

1 Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Professor de História na rede pública estadual do Amapá. E-mail: r_moraes_ap@hotmail.com.

2 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Fez estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris). Professor da Unifap. E-mail: lobato.sidney@yahoo.com.br.

ernas *company towns*: Serra do Navio e Vila Amazonas¹. Esses núcleos urbanos – dotados de escolas, hospitais, clubes recreativos e outros – começaram a ser construídos no ano de 1955 e foram concluídos respectivamente em 1959 e 1960. Além de abrigar trabalhadoras e trabalhadores, essas cidades-empresas destinavam-se a mantê-los sob o controle da mineradora durante 24 horas diárias, pois mesmo fora do expediente de trabalho os funcionários e funcionárias estavam submetidos às regras da Icomi.

As *company towns* icomianas foram planejadas com base no modelo de cidade-jardim (CORREA, 2014) e foram divididas em três setores: vila administrativa, com casas amplas onde moravam os membros do *staff* da empresa; vila especializada, destinada ao segundo escalão; e vila operária, que abrigava os trabalhadores de mais baixa remuneração (ver imagem n. 1). Segundo o discurso institucional, essa divisão não representava discriminação social, mas se justificava pelas diferenças culturais existentes entre os moradores. Na verdade, tal setorização, feita por meio da separação espacial e da diferenciação das casas, naturalizava e reforçava um distanciamento já existente nos espaços de produção. Aí a distinção social se expressava por meio dos salários e do poder de dar ordens. Em outras palavras, essa organização do espaço urbano reproduzia no cotidiano dos operários a hierarquização social cuja origem eram as relações produtivas estabelecidas pela Icomi.

Imagem 1: Planta de Serra do Navio



Fonte: Arquivo Pessoal de Sidney Lobato.

A empresa argumentava que as pessoas nascidas na Amazônia eram acostumadas a viver em casas simples, nas margens dos rios. Em contrapartida, os funcionários oriundos das regiões consideradas mais desenvolvidas estariam habituados com um alto padrão de conforto (ICOMI, 1983, p. 141). Logo, seria necessário garantir ótimas moradias a esses últimos. Ou seja, na tentativa de desconstruir a argumentação que a acusava de separar espacialmente as classes de forma discriminatória, a diretoria da Icomi acabou usando um discurso ainda mais segregacionista, pautado em diferenças culturais de regiões distintas. Diferenças que, em tese, impossibilitariam as pessoas de conviver no mesmo espaço, pois isso poderia gerar instabilidade na vida social local.

Serra do Navio e Vila Amazonas eram espaços rigidamente fechados e controlados. As vilas foram planejadas com o propósito de garantir uma ordem estabelecida e esperada pela Icomi (NUNES, 2014, p. 93). É nesse espaço notadamente segregacionista e submetido a rígidas normas de controle social que se deram as experiências femininas que serão aqui analisadas. O presente estudo analisa vivências de trabalhadoras de Serra do Navio e Vila Amazonas, entre 1960 e 1985, objetivando perscrutar as suas sociabilidades nos espaços domésticos e públicos, aí compreendido o ambiente de trabalho. Para tanto, foram problematizados os discursos da mineradora que visavam a naturalização da exclusão das mulheres, bem como as manifestações femininas que se confrontavam com o normatizado. Partiu-se do pressuposto de que para entender a experiência feminina em um determinado contexto é preciso considerar as mulheres como sujeitos inseridos em complexas relações sociais, políticas, econômicas e de poder.

A experiência feminina como objeto de pesquisa

A bibliografia especializada no estudo das experiências femininas é ampla e porta grandes debates de ordem metodológica quanto epistemológica. A história das mulheres ganhou força a partir da década de 1970 atrelada ao movimento feminista que vivia então um período de apogeu. Nesse contexto as pesquisas tinham uma forte conotação militante e a preocupação central das pesquisadoras era com a exclusão e a opressão feminina, pouco enfatizando as relações de poder entre os sexos e a origem das diferenciações socialmente construídas. E por não romper com a perspectiva androcêntrica hegemônica, essa produção historiográfica atuava como uma espécie de adendo, um tipo de compensação pela ausência da mulher nas grandes narrativas. Deste modo, estas pesquisas continuavam resultando numa “história paralela” que rompia timidamente com o silêncio imperante (DEL PRIORE, 2001, p. 220-235).

Porém, na década de 1980 ocorreu uma profunda revisão na escrita da história das mulheres. Buscaram-se novas formas de abordagem que rompessem com o modelo vigente. As novas pesquisas passaram a adotar como foco central as relações de gênero. A partir desse momento, o objetivo crucial deixou de ser pôr em evidência que as mulheres estavam presentes na história. Scott (1995) argumenta que, de modo geral, os/as primeiros(as) historiadores(as) que se dedicaram a construir uma análise sobre as mulheres o fizeram sem romper com a perspectiva tradicional. Além disso, eles(as) tinham dificuldades de relacionar a experiência das mulheres com o processo histórico geral, o que os/as levava a produzir uma história feminina particularizada. A partir da compreensão do termo gênero como uma categoria de análise historiográfica, ou seja, como um significante de relações sociais, políticas e culturais, Scott (1995) contribuiu inovadoramente para o estudo das mulheres na história. Ela considera que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, pois as diferenças biológicas entre homens e mulheres são reivindicadas pelo poder hegemônico para justificar e cristalizar diferenças sociais em todos os seus aspectos.

Para se compreender a experiência feminina é crucial identificar a natureza e a extensão dos poderes atribuídos às mulheres. Saber como estão organizadas as relações de poder entre elas e os homens, e quais são os conflitos abertos ou ocultos existentes. Apenas um estudo acurado da família, da comunidade e do local de trabalho permite uma visão mais clara destes aspectos. Segundo Perrot (1988), os discursos também são importantes objetos de análise, pois por meio deles se pode problematizar a produção e reprodução social das diferenças entre homens e mulheres. Por esse viés, a historiadora pôs em questão a tese da superioridade masculina presente em discursos acadêmicos do século XIX, como os de Augusto Comte, para quem a mulher vivia em um “estado infantil contínuo”. Já no discurso da Economia Política, Perrot (1988) notou que o homem assumia a função de produção e a mulher de reprodução e de responsável pela economia doméstica.

O desafio posto aos estudos de gênero é definir a natureza de uma diferença que encontra sua lógica no código de comportamentos partilhado pelos dois sexos. Scott (1995) sublinha que é importante estudar a história das mulheres dentro da relação com o contexto geral, pois a posição da mulher na sociedade é resultado do sentido atribuído às experiências femininas no processo de interação social concreta, e não apenas do que ela faz em si. Ela argumenta que as pesquisas históricas sobre gênero têm por objetivo romper com a noção de “fixidade” e imutabilidade, além de compreender a os mecanismos que, nos discursos, geram a aparência de uma permanência eterna. Logo, é preciso reconhecer que homem e mulher

são categorias que não têm um sentido definitivo e ao mesmo tempo são permeadas por múltiplos significados negados ou reprimidos.

Observa-se que os novos estudos que abordam as mulheres na história procuram compreender as experiências femininas como parte de um processo histórico mais abrangente, considerando que os sujeitos pesquisados estão inseridos amplas em relações de força. Relações que se expressam em tentativas de dominação e de normatização por meio de dispositivos científicos, políticos, religiosos e econômicos. O cotidiano não escapa às amarras de poderes nutridos pela diferença de gênero. Poderes que nem sempre são visíveis, pois podem habitar espaços subjetivos, como a imaginação das pessoas. A história que estuda a vivência feminina precisa ser sensível a todas essas variáveis e, além disso, buscar compreender de que forma elas são (re) produzidas e principalmente indicar caminhos para a sua superação.

No Brasil, o fortalecimento do interesse pela história das mulheres ocorreu a partir da década de 1970. A introdução de novas abordagens foi crucial para a escrita das experiências femininas na história brasileira. A influência da Nova História e de Michel Foucault na produção da chamada “historiografia da transgressão” e a exploração de arquivos policiais e religiosos abriram caminho ao estudo das experiências daqueles e daquelas que estavam à margem da historiografia. A literatura tornou-se uma importante fonte para o estudo da história das mulheres, pois por meio dela tem sido possível explorar o imaginário, as representações femininas e a forma como as normas sociais foram aceitas ou não por mulheres e homens. As revistas específicas para o público feminino têm sido analisadas por pesquisadores/as interessados/as pelos discursos conservadores voltados para as mulheres da classe pequeno-burguesa urbana. Tais revistas foram importantes propagadoras do modelo hegemônico de mulher, num movimento que visava inculcar diretamente a dominação masculina no imaginário das leitoras. Cartas e diários também passaram a ser considerados como fontes importantes, pois tornavam possível identificar e compreender aspectos cotidianos, privados e subjetivos das relações de gênero. Nas últimas décadas, a essas novas abordagens e fontes se somou a história oral como ferramenta de inegável importância para o descortino das experiências femininas no Brasil (DEL PRIORE, 2001, p. 226-228; PEDRO, 2011)

Na Amazônia as pesquisas seguiram na senda de compreender as experiências femininas a partir de uma perspectiva relacional, tendo o cotidiano como campo privilegiado na busca do entendimento de como se processavam as sociabilidades de mulheres e de homens. Além disso, pesquisadores e pesquisadoras dessa região agregaram questões relativas à etnia e às vinculações com a floresta, com a cidade e com o campo. Outro aspecto a ser destacado é o fato desses/as pesquisadores/as subverterem o prisma de

análise que por muito tempo foi adotado na escrita da história, ou seja: eles e elas tiraram o foco dos marcos estruturais, deslocando-o para os sujeitos e suas agências no processo histórico².

Memória e gênero: lembranças seletivas

A memória do período de funcionamento da Icomi no Amapá é, sobretudo, uma memória masculina. Nas entrevistas com antigos moradores de Serra do Navio e Vila Amazonas notou-se uma tendência de grande valorização da história de vida do pai de família. Por outro lado, ao serem perguntados sobre as lembranças que tinham de suas mães, os entrevistados destacaram, de maneira breve e lacunosa, que elas eram mulheres muito dedicadas a cuidar dos filhos e a ajudar os esposos na manutenção da família. Essa discrepância resulta do fomento à construção de uma memória coletiva fundamentada no gênero masculino, nos seus feitos heroicos, no papel do homem como agente de progresso e desenvolvimento e, na figura paterna onipresente. Segundo Pollak (1989, p. 9), a memória coletiva busca manter vivos acontecimentos do passado que possam sustentar “sentimentos de pertencimento e fronteiras”. No caso da Icomi, a tendência majoritária tem sido acessar um passado masculino glorioso e um passado feminino marcado pela passividade. A seletividade das lembranças fortalece estereótipos e distinções de gênero.

As lembranças evocadas destacaram os pais. Diversos aspectos da vida deles foram citados e comentados: falou-se sobre o seu trabalho, do seu papel como provedor, das suas práticas de esporte e lazer, do ano que entrou na empresa e narrou-se a sua trajetória profissional dentro da mineradora. Sobre as mães, porém, as memórias são mais vagas e as narrativas são mais sucintas, pois se limitam a rememorar os momentos vividos no lar. Na memória coletiva construída nas company towns, o espaço feminino é o doméstico, e o papel da mulher é o de “rainha do lar”.

Nas redes sociais existem duas páginas de grande expressão dedicadas à memória do período de funcionamento da Icomi³. As postagens aí feitas reforçam a perspectiva citada acima. É preponderantemente colocada em evidência a figura do pai-trabalhador. As lembranças relativas às mães ora são ocultadas, ora são acessadas de forma estereotipada. Fotos que ilustram homens operando máquinas ou em funções de comando são numerosas nessas páginas e fortalecem uma memória androcêntrica, que representa o passado como palco onde somente eles teriam sido protagonistas. Esse discurso masculino hegemônico surtiu tal efeito que persiste na memória coletiva atual, permeia as lembranças de homens e mulheres e negligencia a complexidade da vida feminina nos núcleos

icomianos, negando, sobretudo, os projetos de vida das trabalhadoras, com seus anseios e suas sociabilidades.

Para superar esse viés que enquadra a memória do período da exploração de manganês do Amapá em uma perspectiva androcêntrica é preciso deixar as mulheres falarem. Segundo Pollak (1989, p. 5), “para poder relatar seus sofrimentos [ou alegrias] uma pessoa precisa, antes de mais nada, encontrar uma escuta”. No entanto, romper esse silêncio não foi uma tarefa simples. Ao serem convidadas a conceder entrevistas, muitas mulheres se esquivaram, sobretudo as donas de casa. Elas indicavam os seus maridos como os portadores das lembranças sobre o período. Era como se elas, por não terem trabalhado na empresa, não tivessem o direito à memória da época. No entanto, apesar da longa persistência do silenciamento da experiência feminina na história de Serra do Navio e Vila Amazonas, as vivências das trabalhadoras ainda estão nitidamente vivas em suas lembranças. Segundo Pollak (1989, p. 6):

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Por isso persistimos, estimulando-as a falar, ensejando o rompimento com a hegemonia mnemônica centrada nos homens. A partir dos relatos delas observou-se que as mulheres ocuparam diversos espaços nas company towns. Foram majoritárias nas áreas da Saúde e da Educação. Tiveram importância fundamental na manutenção das famílias, tanto nas questões educacionais quanto nas de administração dos recursos domésticos. A despeito dos discursos dominantes e das estratégias de controle, criaram e desenvolveram importantes conexões sociais, bem como estiveram presentes no espaço público, onde se engajaram nas disputas que dinamizavam a micropolítica da comunidade de vizinhança.

Na perspectiva de Pollak (1989), os entrevistados podem tentar esconder lembranças comprometedoras. Mulheres que hesitaram diante do primeiro convite para conceder entrevista, por fim decidiram falar. Durante os diálogos com as donas de casa, os maridos sempre estavam ao lado. Constantemente eles tomavam a palavra e destacavam as suas experiências na empresa. Por isso, foi necessário entrevista-los separadamente, para dar maior liberdade a ambos. Foi igualmente preciso contar com o apoio de uma pesquisadora de modo a deixar as entrevistadas mais à vontade para responder as perguntas.

Aparentemente a vida das donas de casa que moraram em Serra do Navio

e Vila Amazonas resumia-se a cuidar da família. No entanto, essa não era uma função que ocupava a vida das mulheres vinte e quatro horas por dia. Como ficou evidente nos relatos, muitas delas realizavam trabalhos informais, como a venda de comidas e cosméticos, buscando complementar a renda familiar, ou simplesmente tentando adquirir recursos para comprar coisas do seu interesse. Alguns maridos controlavam o que elas poderiam comprar. Mesmo assim, várias delas desenvolviam estratégias para poder ter acesso a bens de uso pessoal. Por exemplo, Benedita ressaltou que quando o orçamento apertava, ela vendia doces para ajudar o marido e para comprar coisas para ela.

Mesmo que alguns maridos desaprovassem, donas de casa recebiam visitas de suas vizinhas, ocasião em que trocavam toda sorte de informações acerca de diversos assuntos. Esses encontros também aconteciam nos supermercados, nas reuniões escolares, nos postos de saúde, e neles se falava sobre preços dos alimentos, cuidados com os filhos, as conquistas e dificuldades passadas pelos maridos na empresa. Elas conheciam o funcionamento da Icomi e sabiam das tarefas realizadas aí por seus companheiros.

Observou-se que, de modo geral, as donas de casa, antes de morarem em Serra do Navio, já haviam trabalhado fora de casa. Em sua maioria eram lavadeiras de roupa, agricultoras ou empregadas domésticas. Como não tinham formação profissional especializada, a função que poderiam pleitear na Icomi era a conhecida como trabalho braçal, ou seja: um amplo conjunto de atividades que não exigiam experiência, nem tampouco formação técnica. Uma vez que a Icomi preferia trabalhadores braçais do gênero masculino, as mulheres sem qualificação profissional viam suas chances de ingresso nessa empresa bastante reduzidas. A Icomi compartilhava dos valores conservadores estandardizados pelo Estado Novo e posteriormente pelo regime militar do pós-1964. De acordo com a visão hegemônica, a mulher teria a função de cuidar e educar, seja como mãe, esposa, enfermeira, médica ou professora. Na divisão dos papéis de gênero então dominante não cabia às mulheres desempenhar funções que exigissem o uso da força, pois esta era considerada um atributo masculino.

Dentro desse ponto de vista, cabia à mulher ensinar seus filhos a serem bons cidadãos e futuros trabalhadores disciplinados. Elas deveriam dar sustentação afetiva aos seus maridos e também recaía sobre elas o dever de manter o patrimônio da Icomi em ótimo estado de conservação. Havia inclusive um concurso nas vilas que premiava as casas mais bem conservadas. Mas, as mulheres foram além dessas amarras, pois várias delas atuaram na área da Saúde e da Educação. As que ocuparam os cargos de professor e auxiliar de enfermagem vinham, sobretudo, das regiões economicamente mais ricas do Brasil, como o Sudeste, com destaque para o estado de Minas Gerais. No Amapá não havia instituição destinada ao ensino superior. Muito limitadas eram as vagas aí oferecidas para o ensino profissionalizante. As primeiras 82 professoras das escolas de Serra do

Navio e Vila Amazonas eram todas de fora do TFA. Elas tinham vindo de: Belém, São Luiz, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A formação de professores no território amapaense teve início no dia 25 de janeiro de 1949, com a fundação do Curso Normal Regional. No ano de 1953 foram formados os primeiros professores no Amapá. Em janeiro de 1954 o Curso Normal Regional foi transformado em Escola Normal de Macapá. No ano de 1965 essa escola tornou-se o Instituto de Educação do Território do Amapá (Ieta), a principal instituição formadora de professores e professoras amapaenses.

Em 1968 a Icomi abriu um processo seletivo destinado à contratação de docentes na própria região. Joentina M. de Holanda, uma jovem natural de Mazagão (TFA), formada em magistério pela Escola Normal de Macapá, foi aprovada nesse certame. No mesmo ano iniciou sua carreira de professora na Escola de Vila Amazonas (Esvam). Dezesete anos depois ela seria escolhida para ajudar a implantar a escola da Fundação Bradesco em Santana-AP, no local onde funcionava a Esvam, tornando-se a primeira diretora dessa instituição de ensino. A trajetória percorrida por Joentina, de Mazagão até chegar a ser professora da Esvam, está inserida no contexto da transformação do Amapá em Território Federal, no ano de 1943. Ela era filha de uma agricultora analfabeta que vivia do cultivo do tabaco. Quando morava em Mazagão, essa jovem, junto com os seus irmãos e irmãs, ajudava a sua mãe, Maria Vania Ribeiro, na lavoura.

Em meados da década de 1940, a família de Joentina mudou-se para Macapá e, apesar das dificuldades encontradas na nova cidade, ela considerou que essa mudança foi uma guinada fundamental na sua vida, pois lhe deu a oportunidade de estudar. Nesse contexto, Macapá estava sendo alçada à condição de capital territorial (1944), tornando-se um lugar de grande atratividade populacional em decorrência da gama de serviços e do amplo conjunto de obras de infraestrutura que aí estavam sendo implantados (LOBATO, 2013, p. 31). Nesse contexto, o governo territorial, visando a formação de homens e mulheres alinhados com a racionalidade instrumental capitalista, em detrimento do modo de vida tradicional da Amazônia, criou diversas instituições de ensino, como o Colégio Amapaense, a Escola Doméstica e o Grupo Escolar Barão do Rio Branco⁴. Joentina foi aluna desta última escola, onde fez o curso primário. Ela era muito dedicada, tinha boas notas e ótima leitura. Desse modo, ela foi escolhida para, na presença do governador Janary Nunes, implantar a pedra fundamental de um novo educandário: A Escola Emílio Médici.

Além de suas competências intelectuais, Joentina tinha um atributo muito importante para o discurso janarista: era uma aluna vinda do interior e que estava sendo alfabetizada nas escolas recém-criadas pelo governo territorial. Lobato (2009, p. 55-119) destaca que as práticas tradicionais de cultivo e extrativismo florestal das populações locais eram classificadas como primitivas e inadequadas à aceleração do crescimento dos índices econômicos do Amapá. Portanto, na

perspectiva governamental, Joventina representava a passagem do povo amapaense de um estado de “ignorância” e atraso para o de civilização. Ao terminar o curso primário a pequena Joventina prestou exame de admissão e foi aprovada para ingressar na Escola Normal de Macapá. E, finalmente, em 1968 ela foi contratada pela Icomi como professora. Além dela, outras educadoras amapaenses, formadas na região, conseguiram atuar nas escolas da Icomi⁵.

A Icomi também tinha preferência por auxiliares de enfermagem e enfermeiras oriundas do Sudeste. Principalmente de Belo Horizonte. A primeira enfermeira de origem local a trabalhar na empresa foi Maria Borges. Ela nasceu no município de Afuá (situado no arquipélago do Marajó, no Pará). Porém, com menos de um ano de idade mudou-se com a sua família para o Amapá, no contexto da transformação do mesmo em Território Federal. O pai de Maria Borges foi contratado pelo governo territorial para trabalhar na olaria criada por Janary Nunes para fornecer materiais (tijolos, telhas, etc.) necessários à construção de novos prédios na cidade de Macapá. Muitos migrantes aí procuravam achar fonte de sustento. Segundo Paz (2011, p. 38), “comumente chamados de ‘braçais’, estes trabalhadores vinham de cidades ou regiões imediatamente próximas, como Óbidos, Vigia e das ilhas de Belém, além dos nordestinos”.

A família de Maria Borges morava perto da Fortaleza de São José. Sua mãe ajudou a sustentar a família lavando roupa às margens do rio Amazonas. Maria ajudava a mãe na lavagem de roupas e era responsável por passá-las com o ferro à lenha. Quando completou 14 anos, ela resolveu viajar para São Paulo, a fim de fazer o Curso de Auxiliar de Enfermagem, visando melhores condições de vida para si e para a sua família. Ela fez o mencionado curso na Beneficência Portuguesa, um colégio interno mantido por freiras. Ao retornar ao Amapá, Maria Borges foi contratada como auxiliar de enfermagem pela Icomi. No entanto, ela ainda não se sentia plenamente realizada, e por isso decidiu prestar o vestibular para Enfermagem, sendo admitida na Escola de Enfermagem Magalhães Barata, em Belém do Pará⁶. Para isso ela precisou se desligar da empresa. Maria lembra de seu medo de deixar aquele emprego, visto que ela ajudava no sustento de seus nove irmãos. Para amenizar o impacto financeiro representado pela sua demissão, ela usou o dinheiro da sua indenização para montar um pequeno comércio para o seu pai.

Maria Borges só passou três meses em Belém. De lá ela rumou para São Paulo, onde ingressou na Escola Paulista de Enfermagem, na qual se graduou e fez especialização em Ginecologia Obstetrícia. Após formada, ela trabalhou em alguns hospitais da capital paulista, dentre os quais o Sírio Libanês. Ainda vivendo em São Paulo, ela tomou conhecimento de que a Icomi estava contratando enfermeiras para atuar no Amapá. Maria se apresentou no escritório da empresa e, curiosamente, foi contratada como se fosse originária da capital paulista, tanto que fez jus a todos os direitos concedidos pela empresa a funcionários oriundos de outras regiões do Brasil, como a passagens aéreas com destino ao local de contratação para

si e para os seus familiares no período de férias. Portanto, a primeira enfermeira de origem local a ser contratada pela Icomi foi selecionada como se fosse exógena.

No dia 31 de julho de 1967, uma jovem chamada Lucia – filha de um operário e de uma dona de casa residentes na área da Vila Amazonas destinada aos trabalhadores que ocupavam as funções da base da hierarquia da Icomi – começou a trabalhar nesta empresa como atendente hospitalar. Ela sonhava em ajudar seu pai e sua mãe. Eles tinham 10 filhos e, por isso, enfrentavam muitas dificuldades financeiras. Lucia estudara desde o quarto ano primário na escola de Vila Amazonas. Ao concluir o ginásio ela fez o curso de atendente hospitalar, sendo uma das primeiras colocadas, em virtude das boas notas que obteve – fato que lhe garantiu um emprego no hospital de Serra do Navio.

Em 1969, Lucia ganhou bolsa para o Curso de Auxiliar de Enfermagem a ser realizado no Rio de Janeiro, na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. O curso no Rio de Janeiro começou em 1970, logo após ela ser aprovada no exame de seleção. Em 1971, essa jovem formou-se em auxiliar de enfermagem, o que lhe garantiu ascensão profissional e uma melhor remuneração. Consequentemente, a perspectiva de ajudar os seus pais foi concretizada. Na narrativa de Lucia se verifica que parte da segunda geração de moradores de Serra do Navio e Vila Amazonas, ou seja, a dos filhos dos primeiros funcionários (incluindo os que eram “braçais”), passou a ter acesso a postos de trabalhos especializados da Icomi. Observa-se que, a partir da década de 1960, mulheres nascidas no próprio Amapá começaram a ingressar na empresa como auxiliares de enfermagem, secretárias e professoras.

As jovens que moravam nas company towns da Icomi se destacaram igualmente em outras searas. A prática esportiva das ruas era um apanágio dos rapazes. Por exemplo, o futebol de campo, jogado em locais abertos, era uma atividade onde o gênero masculino predominava. As mulheres faziam esportes principalmente nas escolas e nos clubes, como o Manganês Esporte Clube (MEC) e o Santana Esporte Clube (SEC). Muitas mulheres jogavam: vôlei, natação, basquetebol, entre outros. Em 1964, na Vila Amazonas, foi formado o primeiro time de voleibol feminino do SEC. Ele serviu como incentivo para que outras mulheres passassem a praticar essa atividade esportiva competitivamente. Algumas delas fizeram fama. Maria Galiléia da Silva Lino, do MEC, foi homenageada pela revista Icomi-Notícias como a “crack do mês”. Christine Mary Nicolay, jogadora do SEC, foi destacada por essa mesma revista como a “crack do ano” de 1964. Nesse mesmo ano surgiu o primeiro time de basquetebol feminino do SEC. Em Serra do Navio, Clea Genu foi a responsável por formar a primeira equipe de voleibol feminino do MEC. Vinda do Pará, ela já tinha acumulado alguns títulos com o time Júlio César, de Belém.

Os clubes, bem como os bailes, os balneários, as praças e o cinema eram locais de lazer, de encontros sociais e de enlances amorosos. De modo geral, os relacionamentos reproduziam as divisões de classe existentes nas vilas. Contudo, alguns casais burlavam a regra tácita que condenava o relacionamento entre pessoas de

posições diferentes. Em Serra do Navio havia locais proibidos como: a mina, a área atrás do cinema, o campo de futebol de noite, o bambuzal. Nesses lugares ocorriam enlances afetivos e até sexuais. Mas, caso os amantes fossem descobertos por algum segurança da empresa, isso poderia resultar na demissão dos envolvidos, ou dos pais deles, caso fossem filhos de funcionários.

As mulheres também se organizaram em entidades filantrópicas, como a Associação das Senhoras de Vila Amazonas (ASSVAM), fundada no ano de 1963. Essa entidade reunia esposas de funcionários da Icomi. Elas promoviam festas, bingos, enfim, eventos para angariar donativos. No Natal, a Assvam promovia atividades beneficentes. Realizava até articulações com comércios, de modo a negociar preços mais acessíveis. A Assvam chegou a manter uma escola, que funcionava no galpão da igreja paroquial de Santana, com 350 alunos (no ano de 1964). Os professores desse educandário eram pagos com recursos públicos. No entanto, a Associação mantinha os alunos com: uniformes, merendas, doações de roupas e alimentos.

Gênero e classe social: entre empregadas domésticas e “madames”

Não foram apenas as mulheres de funcionários ou trabalhadoras especializadas da Icomi que viveram em Serra do Navio e Vila Amazonas. Muitas delas rumaram para essa localidade a fim trabalhar como empregadas domésticas nas casas dos contratados pela mineradora, principalmente dos residentes nas “áreas nobres” das *company towns*. Augusta da Silva Costa, nascida em Altamira no Pará, chegou em Serra do Navio em fevereiro de 1970, aos 29 anos de idade, para trabalhar como empregada doméstica. Augusta era solteira e viveu durante cinco anos neste núcleo icomiano, trabalhando em residências da DD⁷ e do staff 2. Ela conta que havia muitas restrições para as empregadas domésticas. Elas não podiam frequentar o supermercado para comprar produtos para suprir suas necessidades, exceto com o cartão do patrão. Ela ressalta que havia um médico específico para essas trabalhadoras. No trem (principal meio de transporte e de escoamento da produção), havia um vagão separado para elas e para os agricultores que viviam às margens da Estrada de Ferro Amapá.

As empregadas também não podiam frequentar os bailes promovidos pelos clubes dos funcionários, juntamente com os outros moradores. Existia um dia de festa específico para elas, as quartas-feiras, quando ocorria o baile das domésticas. Como se pode observar no depoimento de Augusta, no contexto das *company towns* amapaenses, além da distinção de gênero, o marcador social de classe era proeminente.⁸

A experiência das mulheres que viveram nas áreas tidas como nobres das *company towns* diferia em diversos aspectos daquela das mulheres que ocupavam o espaço operário. Na área em que profissionais como médicos, engenheiros e dirigentes da empresa moravam a tarefa de cuidar da casa e das crianças

recaia fundamentalmente sobre as empregadas domésticas. Muitas das mães de família dessas áreas também trabalhavam na empresa como professoras, secretárias, enfermeiras e médicas. Os locais de lazer, com exceção de alguns espaços comuns de convivência, como balneários e praças, seguiam a segregação espacial classista preconizada desde a construção das vilas.

As práticas de venda de iguarias e de cosméticos eram mais comuns entre as moradoras da área denominada como primária (destinada aos operários e suas famílias). Na área intermediária essas atividades não eram comuns e no *staff* (vila administrativa) elas inexistiam. As “madames” do *staff* gozavam de prestígio dentro do conjunto da sociedade serrana (de Serra do Navio) e da de Vila Amazonas. Isso despertava a atenção e a curiosidade das mulheres do primário e do intermediário. Joventina ressaltou, em entrevista, que muitas dessas mulheres se empenhavam para parecer com aquelas senhoras, e para, na medida do possível, usufruir de suas benesses materiais e simbólicas. Dentro dessa construção (simbólica) de status e prestígio, estar próximo das “madames” do *staff* implicava em possibilidade de angariar reconhecimento social.

Palavras finais

Ao longo da pesquisa constatou-se que em Serra do Navio e Vila Amazonas havia um discurso hegemônico que valorizava o gênero masculino e minimizava a importância do papel feminino nos processos produtivo e social. Observou-se a força da memória coletiva masculina, que persiste atualmente, não obstante a grande presença e participação das mulheres na vida cotidiana de Serra do Navio e Vila Amazonas. Elas cuidaram das famílias, mas também praticaram comércio complementar e informal. Elas criaram redes de informação e de solidariedade. Criaram também estratégias para aumentar a renda familiar, praticaram esportes, frequentaram espaços de lazer, foram alvo de normas institucionais e de estereótipos. Trabalharam como professoras, enfermeiras, empregadas domésticas... Enfim, estavam inseridas em diferentes setores de trabalho. O universo das experiências femininas nas *company towns* da Icomi é altamente complexo, fato que abre inúmeras possibilidades de investigação.

Portanto, espera-se que esse tema seja cada vez mais pesquisado, de modo a se iluminar o máximo possível as vivências femininas e a se subsidiar mais e mais interpretações consistentes sobre as relações de gênero no contexto de grandes projetos industriais, como a Icomi. É importante sempre considerar que as mulheres estão inseridas no processo histórico como um todo e que as relações de gênero estão imbricadas em amplas dinâmicas sociais. Esse fato torna imprescindível a busca pela compreensão de como essas relações são construídas, reproduzidas e transformadas em diferentes escalas.

Referências

A CRACK do mês, **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n 7, jul. 1964, p. 26.

AS ESTRELAS perdem a última batalha, mas os craques venceram. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n 13, jan. 1965, p. 31.

AS ESTRELAS querem brilhar. **Icomi-Notícias**, Rio de Janeiro, n. 13 maio 1965, p. 27.

CANCELA, C. D. **Adoráveis e dissimuladas**: as relações amorosas das mulheres das camadas populares na Belém do final do século XIX e início do XX. 1997. 175f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

CORREA, T. B. A cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953). **Anais do Museu Paulista**, v. 22, n. 1, jan./jun. 2014, p. 161-198.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 217-236.

FERREIRA, P. P. **A Educação na Amazônia do “ouro negro”**: o programa educacional da Icomi no Distrito de Santana/AP (1960-1984). 2019. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá (Unifap), Macapá.

FONTES, E. “Mulher na padaria dá problemas e amores”. In: D’INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 241-250.

HIRATA, H. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. VEIGA, A. M.; NICHNIG, C. R.; WOLFF, C. S. (orgs.). **Mundos de mulheres no Brasil**. Curitiba: CRV, 2019, p. 415-424.

ICOMI. **História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio**. Rio de Janeiro: Icomi, 1983. Vol. 2.

LOBATO, S. S. **A cidade dos trabalhadores**: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

LOBATO, S. S. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.

MONTYSUMA, M.; CRUZ, T. A. Perspectivas de gênero acerca de experiências

cotidianas no seringal cachoeira – Acre (1964-2006). **História Unisinos**, vol. 12, n. 3, set./dez. 2008, p. 219-236.

NUNES, E. D. R. **O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá**, de 1960 a 1975. 2010, 167f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá.

NUNES, E. D. R. **O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960 a 1975**. Macapá: Unifap. 2014.

OLIVEIRA, T. P. Estado, Igreja Católica e educação feminina: o papel estratégico da Escola Doméstica no Território Federal do Amapá (1951-1964). In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

PAZ, A. J. F. Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950. In: AMARAL, A.; OLIVEIRA, A.; SANTOS, D.; CAMBRAIA, P.; LOBATO, S. (orgs.). **Do lado de cá**: fragmentos de história do Amapá. Belém: Açai, 2001, 461-480.

PAZ, A. J. F. **Os mineiros da floresta**: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

PEDRO, J. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. New York: Columbia University, 1995.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres da floresta amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém: NAEA, 2001.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; MIRANDA, G. M. (orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

WOLFF, C. S. **Marias, Franciscas e Raimundas**: uma história das mulheres da floresta. Alto Juruá, Acre 1870-1945. 1998. 283f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

APÊNDICE A – Relação das Entrevistas Realizadas

A. R. S. Amaral. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

A. R. S. Amaral. Entrevista realizada no dia 15 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Augusta da Silva Costa. Entrevista realizada no dia 12 de janeiro de 2018 e concedida Rômulo Moraes.

C. Gomes. Entrevista realizada no dia 12 de março de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Deusa S. S. Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

F. L. do N. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Fátima M. B. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Fátima S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Francisco L. do N. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2017 e concedida a Rômulo Moraes.

I. A. M. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2018 e concedida a Isis Sousa.
Joventina M. H. Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Lúcia S. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

Maria Borges. Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

M. C. dos S. N. Entrevista realizada no dia 09 de abril de 2017 e concedida a Isis Sousa.

O. B. S. Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

R. S. Entrevista realizada no dia 08 de abril de 2018 e concedida a Rômulo Moraes.

1 Trindade Júnior e Rocha (2002, p. 16) caracterizam as company towns como franjas urbanas avançadas “que carregam, em termos relativos a outros espaços urbanos da Amazônia, uma densidade técnica que as diferencia do entorno local e do contexto regional”. Paz (2011, p. 468-469) associa a criação desses núcleos urbanos na Amazônia à necessidade de fixação de trabalhadores junto a empreendimentos surgidos em áreas isoladas.

2 Sem pretender apresentar uma lista exaustiva das pesquisas sobre a história das mulheres na Amazônia, destacamos: Fontes (1994), Wolff (1998), Cancela (1997), Simonian (2001) e Montysuma e Cruz (2008).

3 Página Icomi-Portal do Altamir Guiomar Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=icomi%20-%20portal%20do%20altamir%20guiomar>; Acesso em: Jan-Mai, 2018

4 Segundo Lobato (2009), o projeto janarista não tinha como meta meramente responder às demandas internas da sociedade amapaense. Seu objetivo era mais ambicioso: reorganizar a vida com base em novos valores e hábitos. A educação foi um dos mais importantes meios utilizados pelo governo do TFA para tentar atingir esse objetivo. Oliveira (2015, p. 7-8) afirma que “estava em vigência um projeto de remodelamento de costumes e modos de viver da população”, com atenção especial às mulheres.

5 Sobre o programa educacional da Icomi ver: Ferreira (2019).

6 Com a criação da Uepa, pela Lei 5747, de 18 de maio de 1993, a Escola de Enfermagem foi incorporada à estrutura universitária, e passou à categoria de curso de graduação em Enfermagem do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS-Uepa).

7 Além da divisão por setor, de acordo com a posição dos sujeitos no organograma funcional, a company town era subdividida em seis subáreas: A, AR, B, C, CC, e DD, “sendo que, o tipo DD era destinado aos funcionários de nível técnico, o tipo CC abrigava os de níveis superiores, os de tipo A e AR eram reservados aos funcionários de nível intermediário e os de tipo B e C abrigavam os empregados” (NUNES, 2014, p. 93).

8 Destacamos aqui a importância da abordagem interseccional. A este respeito ver: Hirata (2019).